Declaração n.º 99/2015**Desclassificação das Antas de Penalva, na freguesia de Antas, concelho de Penalva do Castelo, distrito de Viseu**

Considerando que não existem quaisquer vestígios das Antas de Penalva, na freguesia de Antas, concelho de Penalva do Castelo, distrito de Viseu, classificadas como monumento nacional pelo Decreto de 16 de junho 1910, publicado no *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho 1910.

Assim, e no seguimento de proposta da Câmara Municipal de Penalva do Castelo, declara-se, para os devidos efeitos legais, designadamente, para os decorrentes da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que as Antas de Penalva, na freguesia de Antas, concelho de Penalva do Castelo, distrito de Viseu, classificadas como monumento nacional pelo Decreto de 16 de junho 1910, publicado no *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho 1910, se consideram desclassificadas, deixando, consequentemente, de existir a respetiva zona geral de proteção.

21 de abril de 2015. — O Diretor-Geral do Património Cultural, *Nuno Vassallo e Silva*.

208595513

Direção Regional de Cultura do Norte**Regulamento n.º 222/2015****Regulamento do Horário de Trabalho da Direção Regional de Cultura do Norte****Preâmbulo**

Tendo em conta o enquadramento decorrente da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Considerando que é de toda a conveniência uniformizar, na medida do possível, o regime de funcionamento dos serviços e de organização do trabalho nas Direções Regionais de Cultura e na Direção-Geral do Património Cultural, atendendo a que dispõem de monumentos, palácios e museus sob a sua alçada;

Considerando que o presente Regulamento foi objeto de audição de estruturas representativas dos trabalhadores e aprovado, ao abrigo e nos termos dos artigos 74.º e 75.º da LTFP, pelos diretores-gerais dos organismos acima referidos;

Considerando, finalmente, que o Secretário de Estado da Cultura validou o mesmo Regulamento, por despacho de 23 de dezembro de 2014;

Torna-se público o Regulamento Geral de Horário de Trabalho da Direção Regional de Cultura do Norte constante do Anexo que se segue.

19 de março de 2015. — O Diretor Regional de Cultura do Norte, *Doutor António Manuel Torres da Ponte*.

ANEXO I

**Regulamento Geral de Horário de Trabalho
Direção Regional de Cultura do Norte**

CAPÍTULO I

Âmbito e disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento aplica-se a todos os trabalhadores que exercem funções na Direção Regional de Cultura do Norte, independentemente da modalidade de vinculação e de constituição da relação jurídica de emprego e de subordinação hierárquica.

2 — Os titulares de cargos dirigentes, embora com isenção de horário de trabalho nos termos legalmente previstos, estão obrigados ao dever de assiduidade e ao cumprimento da duração semanal legalmente estabelecida.

Artigo 2.º

Princípios Gerais

1 — Os Diretores dos serviços dependentes, incluindo os museus e monumentos, asseguram a organização das condições de prestação de trabalho, favorecendo a compatibilização da vida profissional com a

vida familiar dos trabalhadores e respeitando as normas aplicáveis em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

2 — No exercício do poder de fixação dos termos de prestação do trabalho, os Diretores referidos no número anterior obrigam-se a respeitar os direitos dos trabalhadores previstos na Constituição da República Portuguesa e na Lei.

CAPÍTULO II

Duração e organização do tempo de trabalho

Artigo 3.º

Semana de trabalho

1 — A semana de trabalho é, em regra, de cinco dias, havendo lugar a um dia de descanso obrigatório acrescido de um dia de descanso complementar, que devem coincidir, salvo os horários específicos a determinar nos termos do art. 10.º, com o sábado e o domingo respetivamente.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a existência de regimes de duração semanal inferiores, legalmente previstos.

3 — Os feriados municipais são observados como dias de interrupção da semana de trabalho.

Artigo 4.º

Período de funcionamento e de atendimento ao público

1 — Entende-se por período de funcionamento o intervalo de tempo diário durante o qual os órgãos ou serviços exercem a sua atividade.

2 — O período normal de funcionamento das Direções, incluindo os respetivos serviços dependentes, bem como os Museus e Monumentos afetos é, em regra, das 8h00 m às 20h00 m.

3 — Sem prejuízo do disposto no artigo 17.º, o período de atendimento ao público das Direções consta do anexo III ao presente regulamento.

4 — Por despacho do dirigente máximo do serviço, e de harmonia com as disposições legais e com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis, podem ser praticados diferentes períodos de atendimento ao público, nomeadamente nos monumentos, museus, conjuntos e sítios afetos às Direções, sempre que a natureza ou conveniência de serviço o determinem.

5 — Os períodos de funcionamento e atendimento ao público praticados pelas Direções, incluindo os respetivos serviços dependentes e os Museus e Monumentos afetos, são afixados nos respetivos locais, em sítio visível ao público, bem como divulgados nos respetivos sítios de internet.

6 — Independentemente dos diversos horários de funcionamento praticados, o período normal de trabalho dos trabalhadores com funções administrativas, tem lugar de segunda a sexta-feira, com a duração estabelecida na cláusula seguinte.

Artigo 5.º

Modalidades de horário e sua aplicação

1 — O período normal de trabalho semanal é de quarenta horas, distribuídas por um período normal de trabalho diário de oito horas, sem prejuízo da existência de regimes legalmente estabelecidos de duração semanal inferior.

2 — O período normal de trabalho diário é interrompido obrigatoriamente por um intervalo de descanso de duração não inferior a 1 hora, nem superior a 2 horas, sem prejuízo do estabelecido para o regime de jornada contínua e do previsto para os trabalhadores com deficiência.

3 — Os trabalhadores não podem prestar mais de cinco horas consecutivas de trabalho e, em qualquer caso, mais do que dez horas de trabalho por cada dia, incluindo nestas a duração do trabalho suplementar.

4 — A aferição do cumprimento do período normal de trabalho é diária, sem prejuízo do horário flexível.

5 — A entidade empregadora pública não pode alterar unilateralmente os horários individualmente acordados.

6 — São previstas as seguintes modalidades de organização temporal de trabalho:

- a) Horário rígido;
- b) Horário desfasado;
- c) Horário flexível;
- d) Jornada contínua;
- e) Horário específico;
- f) Isenção de horário.

7 — Deve ser afixado em lugar visível dos diversos locais de trabalho, o mapa do horário de trabalho de todos os trabalhadores que neles exerçam funções.

8 — Estão sujeitos à modalidade de horário específico os trabalhadores das carreiras de assistente técnico e assistente operacional que